

1                   **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH GRANDE.**

2   Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta  
3   e cinco minutos, em 2ª chamada, deu-se início à 10ª Reunião Extraordinária do Comitê  
4   da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande), realizada na Sala *Lounge* do  
5   Hotel *Vilage Inn*, situado à Avenida Vereador Edmundo Cardilo, nº 3.500, Bairro  
6   Jardim Del Rey, no município de Poços de Caldas - MG, para discutir os seguintes  
7   pontos da pauta, que foram encaminhados anteriormente a todos os membros: **Item**  
8   **01** - Abertura de sessão, verificação de quórum e leitura da pauta (Secretária  
9   Executiva); **Item 02** - Apreciação e aprovação das Deliberações de criação do GT  
10   Acompanhamento, Deliberação de Posse dos membros do Processo Eleitoral  
11   Complementar, e Deliberação para aprovação de realização de reuniões por meio de  
12   videoconferência; **Item 03** - Apresentação dos Relatórios da Comissão de Avaliação  
13   do Termo de Parceria (ANA); **Item 04** - Apresentação da reformulação do logotipo do  
14   CBH Grande; **Item 05** - Apresentação da Prestação de Contas - Exercício 2017  
15   (ABHA); **Item 6** - Outros assuntos. **Membros presentes:** João Daniel de Andrade  
16   Cascalho (Ministério de Minas e Energia - MME), Danilo César Torres Chaves  
17   (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam), Ronan Andrade Nogueira (Secretaria  
18   de Estado de Cidades e de Integração Regional - Secir), Hideraldo Buch (Secretaria  
19   e Estado de Saúde), Leonel Sátiro de Lima (Secretaria de Estado da Agricultura,  
20   Pecuária e Abastecimento), Marcus Vinicius Lopes da Silva (Companhia Ambiental do  
21   Estado de São Paulo - Cetesb), Evaldo Bento de Melo (Prefeitura Municipal de Carmo  
22   do Rio Claro), Antônio Carlos Sales (Prefeitura Municipal de Andradas), Gustavo  
23   Alvarenga Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras), Aparecido Tadeu Pavani  
24   (Prefeitura Municipal de Bebedouro), Germano Hernandez Filho (Prefeitura Municipal  
25   de Catanduva), Márcio Fernando Silveira Rodrigues (Prefeitura Municipal de Franca),  
26   Kátia Regina Silveira Casemiro (Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto),  
27   Lourival Ferreira da Costa (Centro das Indústrias do Vale do Rio Grande - Cigra),  
28   Marco Aurélio Ribeiro (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa), Ivone  
29   Aparecida Borges (Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de  
30   Uberaba - Codau), Heraldo José de Lima (Associação Brasileira das Concessionárias  
31   Privadas de Servidores Públicos de Água e Esgoto - Abcon), Ceci K. Bueno de Caprio  
32   (Serviço Municipal de Água e Esgoto de São José do Rio Preto - SeMAE), Alex  
33   Henrique Veronez (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo),  
34   Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S.A.), Odorico Pereira de Araújo (Federação  
35   das Indústrias de Minas Gerais - Fiemg), Alex Pimenta Batista (Mosaic Fertilizantes),  
36   Vítor Antenor Morilha (União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo -  
37   Única), Paulo Cassim (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp),  
38   Adriano Melo (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp/Franca), Débora  
39   Riva Tavanti Morelli (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo -  
40   Ciesp/Sertãozinho), João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes (Federação da  
41   Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - Faemg), Mônica Bergamaschi (Associação  
42   Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto - Abag), Osvaldo de Luca Filho

43 (Sindicato Rural do Vale do Rio Grande), Edson Castro do Couto Rosa (Sindicato  
44 Rural de Franca), Thaisa Helena Serpa (Associação dos Fomecedores de Cana da  
45 Região de Catanduva), Alexandre Gonçalves Fonseca (Furnas Centrais Elétricas  
46 S.A.), Denio Drummond Procópio (Cemig - Geração e Transmissão S.A), Guilherme  
47 Bretas Nunes de Lima (Aliança Geração de Energia Limpa), Igor Mendonça de  
48 Rezende (Chimay Empreendimentos e Participações Ltda), Gislandro Hudson Torres  
49 Gonçalves (Federação das Indústrias de Minas Gerais - Fiemg), Aristóclides Cançado  
50 Costa (Usina Coruripe Açúcar e Álcool), Maria Isabela de Souza (Conselho Regional  
51 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea/MG), Roberto de Mattos  
52 (Fundação Roge), Ângela Maria Pimenta (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e  
53 Agrônomos da Região de Franca), José Edilberto da Silva Resende (Agência para o  
54 Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Sul e Sudoeste de Minas Gerais –  
55 Adismig), Terezinha Couto (Associação Poços Sustentável - APS), Evandro  
56 Mendonça Negrão (Grupo Dispersores); André Luiz Sanchez Navarro (Instituto  
57 Ambiente em Foco), Stella Souza Guida (Instituto SuperAÇÃO), Gustavo Bernardino  
58 Malacco da Silva (Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro -  
59 Angá), Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), Ângela Maria  
60 Marques dos Santos (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de  
61 Andradas - Assea), Fernando Sisdelli (Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental  
62 Planeta Verde), Ricardo Faleiros de Souza (Instituição Educacional e ecológica  
63 Amigos do Rio Canoas) e Cristiane Guiroto (Associação Brasileira de Águas  
64 Subterrâneas - Abas). **Presente por procuração:** Carlos Eduardo Nascimento  
65 Alencastre (Departamento de Águas e Energia - DAEE) representado por Irene  
66 Sabatino Pereira Niccioli, Daniel Rezende Alcântara (Prefeitura Municipal de Poços  
67 de Caldas) representado por Maria Mônica S. Almeida e Carlos Renato Viana  
68 (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg) representado por  
69 Laene Fonseca Vilas Boas. **Membros ausentes com justificativa:** Liliana Pimentel  
70 (Ministério do Meio Ambiente), Raquel Landgraf Siqueira (Ministério do Meio  
71 Ambiente), Michel Golfetto Calixto (Secretaria de Agricultura e Abastecimento), Joel  
72 Arantes de Souza (Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo), Renato  
73 de Oliveira Aguiar (Prefeitura municipal de Cambuí), Ângela Cristina Faleiros  
74 (Prefeitura Municipal de Itirapuã), Domingos Inácio Salgado (Sindicato dos  
75 Produtores Rurais de Cássia), Maria Aparecida Vargas (Associação Brasileira de  
76 Geração de Energia Limpa - Abragel), Júlio César Vilela de Salis (Independente  
77 Eventos e Participações), Carlos Wagner Alvarenga (Associação Brasileira de  
78 engenharia Sanitária e Ambiental - Abes), Gilberto Coelho (Universidade Federal de  
79 Lavras - Ufla), José Paulo Saes (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e  
80 Agrônomos de São José do Rio Preto), Rosângela K. Jomori Bonichelli (Faculdade  
81 Dr. Francisco Maeda/ Fundação Educacional de Ituverava - Fafram/FE), Matheus  
82 Nicolino Peixoto Henares (Fórum de Desenvolvimento Bebedouro), Paulo Finotti  
83 (Sociedade de Defesa Regional do Meio Ambiente - Soderma). **Convidados:** Rose  
84 Oliveira (Profill/Fato), Guilherme Joaquim (Profill/Fato), Aparecida (Profill/Fato),

85 Cristian Sanabria (Profill/Fato), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de  
86 Gestão de Águas - Igam); Lana Micelli Fava (Instituto Ambiente em Foco), Heloisa  
87 Bertoli (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – Fiemg/Regional Sul),  
88 Roberto Lima Ferraz Rosa (Associação Brasileira do Agronegócio da Região de  
89 Ribeirão Preto - Abag), Tânia Regina Dias Silva (Agência Nacional das Águas - ANA)  
90 Luiz Eduardo Carvalho Gomes (Companhia de Saneamento de Minas Gerais -  
91 Copasa) e Ronaldo Brandão Barbosa (Associação Multissetorial de Usuários de  
92 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - Abha). **Equipe de apoio:** Dayana de Sá  
93 e Sousa (Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias  
94 Hidrográficas - Abha), Janaína Gonçalves (Associação Multissetorial de Usuários de  
95 Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas - Abha) e Taísa de Pádua Alexandre  
96 (Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas  
97 - Abha). **Membros ausentes:** Patrícia Amoroso de Andrade (Centro Universitário da  
98 Fundação Educacional de Barretos), Marcos José Lomonico (Grupo Ecológico Água  
99 - Gea), Tapyr Sandroni Jorge (Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agronomia  
100 de Ribeirão Preto). Cumprimentando a todos os presentes, a Secretária Executiva do  
101 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande), Sr.<sup>a</sup> Maria Isabela de  
102 Souza, deu início à reunião verificando o quórum regimental. Ela registrou a presença  
103 de 44 (quarenta e quatro) membros titulares e suplentes no exercício da titularidade.  
104 Passou a palavra para o Presidente do CBH Grande, Sr. Germano Hernandes Filho,  
105 que deu as boas-vindas a todos. Ele solicitou a inversão de itens de pauta. Isabela  
106 Souza explicou que na inversão de pauta seria mantido os itens 1 e 2 na ordem já  
107 estabelecida, o item 3 seria tratado após a apresentação da prestação de contas (item  
108 5), o item 4 passaria a ser o terceiro, o quinto passaria a ser o quarto, depois tratariam  
109 de outros assuntos. Germano Hernandes submeteu a solicitação à votação do  
110 plenário, sendo a mesma aprovada. O Presidente então, tratou do **Item 1** da pauta  
111 referente à apreciação e aprovação das Deliberações, dando início pela discussão do  
112 mérito da Deliberação que aprova a realização de reuniões de Câmaras Técnicas,  
113 Grupos de Trabalho e Diretoria por videoconferência, discutida na Plenária Ordinária  
114 do CBH Grande, realizada pela manhã no mesmo dia. O representante do Instituto  
115 Ambiente em Foco, Sr. André Luiz Sanchez Navarro, questionou se as reuniões  
116 plenárias também seriam por videoconferência. Germano explicou que somente as  
117 reuniões de Câmaras Técnicas (CTs), Grupos de Trabalhos (GTs) e de Diretoria do  
118 Comitê. O Presidente colocou em aprovação o mérito da Deliberação para a  
119 realização das reuniões por meio de videoconferência, que foi aprovado por  
120 unanimidade. Em sequência, Germano colocou em discussão o mérito da Deliberação  
121 de criação da Câmara Técnica de Planejamento (CTPlan), sendo também aprovado.  
122 Com relação à Deliberação de Posse dos membros do Processo Eleitoral  
123 Complementar, o Presidente do CBH Grande passou a palavra para o Coordenador  
124 da Câmara Técnica de Integração (CTI), Sr. Eduardo de Araújo Rodrigues. Ele disse  
125 que, em conversa com o Coordenador da Câmara Técnica Institucional e Legal (CTIL),  
126 Sr. Adriano Melo, este lhe mostrou o Regimento Interno, salientando que era

127 competência das Câmaras Técnicas analisar as questões de normas e de emissão de  
128 pareceres. Eduardo disse que, aprovando a Deliberação sem o parecer das CTs,  
129 poderiam criar um impasse ao encaminhar qualquer documento diretamente à  
130 Plenária, e como bem lembrou o Adriano, no futuro qualquer um dos membros poderá  
131 vir a questionar qualquer decisão tomada. Para evitar esses problemas, sugeriu que  
132 a Deliberação fosse *ad referendum*, para que assim, houvesse tempo para as  
133 Câmaras Técnicas analisarem e posteriormente o documento ser levado à Plenária  
134 para votação. Assim, o Presidente do Comitê convidou os representantes das  
135 entidades eleitas para tomarem posse e receberem seus certificados, iniciando pela  
136 representante da Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto (titular), Sr.<sup>a</sup> Kátia  
137 Regina Penteado Casemiro. Em seguida, a 1<sup>a</sup> Vice-Presidente do Comitê, Sr.<sup>a</sup> Mônica  
138 Bergamaschi, convidou o representante da Aliança Geração de Energia S.A.  
139 (suplente), Sr. Guilherme Bretas Nunes de Lima, para receber o certificado. Isabela  
140 citou as demais instituições, que não tinham seus representantes presentes que  
141 foram: Prefeitura Municipal de Jaboticabal, suplente da Prefeitura Municipal de  
142 Catanduva; Prefeitura Municipal de Colômbia, suplente da Prefeitura Municipal de  
143 Itirapuã; Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel), suplente de  
144 Furnas Centrais Elétricas S.A.; Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e  
145 Ambiental (Abes), suplente do Instituição Educacional e Ecológica Amigos do Rio  
146 Canoas; Associação Regional de Proteção Ambiental de São João Del Rei, suplente  
147 da Associação para Gestão Socioambiental do Triangulo Mineiro (Angá). Germano  
148 declarou empossados os novos membros. **Em sequência Germano tratou da**  
149 **Deliberação ad referendum da Criação do GT Acompanhamento.** O Sr. Adriano  
150 Melo (Coordenador da CTIL) explicou que para a criação do GT Acompanhamento, a  
151 mesa diretora chegou ao consenso de ouvir a plenária sobre a composição, sobre o  
152 número de membros, e posteriormente, suspender a plenária em 15 (quinze) minutos,  
153 conforme o Regimento Interno, para que cada segmento escolhesse o membro que o  
154 representaria no GT Acompanhamento. E como proposta, foi apresentada e  
155 convalidada pela mesa Diretora, em consenso, uma composição paritária onde  
156 entrariam 4 (quatro) representantes de cada segmento, ou seja, 4 (quatro)  
157 representantes da Sociedade Civil, 4 (quatro) representantes do Poder Público e 4  
158 (quatro) do segmento Usuários, sendo 2 (dois) representantes de cada Estado. Com  
159 essa composição, o grupo teria 12 (doze) representantes indicados pelos próprios  
160 membros. Foi esclarecido que essa quantidade de pessoas seria suficiente pelo  
161 tamanho do trabalho, por todos os desafios que serão enfrentados para colocar em  
162 prática o Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH), aprovado na Plenária  
163 realizada em Jaboticabal/SP. Tânia Dias (ANA) disse que se constasse em  
164 deliberação que os órgãos gestores seriam convocados em todas as reuniões do  
165 grupo, a vaga que seria destinada à União, passaria a ser ofertada aos segmentos  
166 que querem participar. Outra observação era uma alteração na redação da  
167 deliberação, o que não foi permitida. Foi sugerido também que mantivesse a  
168 proporcionalidade do Plenário. Adriano Melo (Coordenador CTIL) explicou que pela

169 proposta da ANA, seriam convidados órgãos gestores, que são ANA, Igam, DAEE e  
170 Cetesb. Informaram que a Cetesb abriria mão da vaga. Adriano questionou que, se os  
171 três órgãos gestores forem somente convidados para as reuniões, eles não poderão  
172 se manifestar sobre os pareceres dos membros do GT Acompanhamento. Tânia Dias  
173 (ANA) manifestou e disse que os órgãos gestores mineiro e paulista devem participar  
174 de todo o processo de discussão, não tem sentido formar um grupo sem os órgãos  
175 gestores, inclusive porque estão formando um grupo para trabalhar o Plano de Bacias,  
176 sendo de relevante importância que os órgãos gestores participem de todas as etapas.  
177 Em relação a manifestação dos órgãos gestores, membros ou convidados no Grupo  
178 de Trabalho, Eduardo Araújo (Coordenador CTI) ressaltou que os posicionamentos  
179 das CTs e dos GTs são feitos através de pareceres. Disse que tem consigo que os  
180 Grupos de Trabalhos e Câmaras Técnicas não deveriam ser pautados somente sendo  
181 favoráveis e não, pró ou contra, e sim conforme o que é disposto nas atas. Assim, os  
182 pareceres revelariam todas as manifestações com as justificativas, colocando todos  
183 os posicionamentos. Isto resolveria a questão da participação, pois qualquer membro  
184 que quiser participar de uma reunião do grupo de trabalho e se manifestar, constará  
185 no parecer seu posicionamento. Ele disse, ainda, que acreditar haver uma tendência  
186 das Câmaras Técnicas e dos Grupos de Trabalho em seguir somente para um lado  
187 ou para outro, colocando para a Plenária decidir em detrimento de outras questões  
188 que são colocadas. Considerando que o Plenário não vai discutir sobre tudo, todos  
189 devem ter conhecimento do que é tratado nas CTs, que é um grupo de apoio ao  
190 plenário. Caso fosse dessa maneira todos que participassem da reunião, poderiam  
191 manifestar, por não ter as Câmaras o poder de decisão. O Coordenador da CTI propôs  
192 mais uma composição, sendo ela: 2 (dois) representantes do Poder Público, 2 (dois)  
193 da Sociedade Civil, 2 (dois) Usuários e 1 (um) da União. Para ele, seria um grupo mais  
194 produtivo, técnico e objetivo, assim teriam mais resultados. Eduardo Araújo fez uma  
195 consideração para que quando fossem analisar a Deliberação *ad referendum*,  
196 lembrassem que, as deliberações que criam grupos de trabalho já contêm questões  
197 regimentais, estabelecendo todos os protocolos, inclusive determinam o quórum e etc.  
198 Sugeriu não haver *quórum* mínimo em reuniões da CTs, porque senão as reuniões de  
199 Câmaras não vão funcionar, vão ficar dependendo do *quórum*, e com um grande  
200 grupo, isso ocasionaria atrasos nas decisões por falta de presença. Cristiane Guiroto  
201 (Abas) salientou que estão criando um grupo, e grupo não tem quórum. Eduardo  
202 informou que na Deliberação há a previsão de quórum. Dessa forma, Adriano Melo  
203 solicitou que fosse alterado na Deliberação a questão do quórum. André Navarro  
204 (Instituto Ambiente em Foco), disse que entendeu que a plenária do comitê não pode  
205 modificar uma redação de uma deliberação que foi criada ou proposta pela Câmara  
206 Técnica. Para ele, parece estão reduzindo o papel da plenária. Adriano explicou que  
207 tudo que vem das CTs para a plenária pode ser alterado, tendo o Plenário autonomia  
208 para fazer as modificações. Germano reforçou o posicionamento de Adriano.  
209 Retomando às propostas de composição do GT Acompanhamento, após todas as  
210 observações, o Presidente do CBH Grande, informou que foram apresentadas 3 (três)

211 propostas, sendo elas: 1ª) 4 (quatro) vagas para cada um dos segmentos; 2ª) 6 (seis)  
212 vagas para cada dos segmentos; e 3ª) 2 (dois) Poder Público, 2 (dois) Sociedade  
213 Civil e 2 (dois) Usuários e 1 (um) União. A Sr.ª Tânia Dias (ANA), retirou a proposta  
214 feita anteriormente, de a ANA não ocupar vaga no GT e ser somente convidada,  
215 considerando a fala de Adriano Melo, de que não constaria nos pareceres a  
216 participação e manifestações da ANA, ou seja, não poderia participar da elaboração  
217 dos pareceres do Grupo de Trabalho. Eduardo Araújo (Igam) recomendou que cada  
218 segmento encaminhasse um especialista para o GT, porque Grupo de Trabalho é para  
219 aprofundar em questões específicas e trazer de uma forma geral, detalhado,  
220 minuciado para que a plenária possa tomar decisões, e que não é a favor de grupo  
221 com representantes que não conheçam do assunto. Germano colocou as propostas  
222 em votação. A 1ª (primeira) proposta, já descrita anteriormente, de 4 (quatro) vagas  
223 para cada um dos segmentos, teve 29 (vinte e nove) votos a favor; a 2ª (segunda)  
224 proposta que se refere a 6 (seis) vagas para cada dos segmentos obteve 10 (dez)  
225 votos; e a 3ª (terceira) proposta, que trata de composição por 2 (dois) Poder Público,  
226 2 (dois) Sociedade Civil e 2 (dois) Usuários e 1 (um) União foi aderida por 7 (sete)  
227 membros, sendo contabilizado o total de 46 (quarenta e seis) membros votantes. O  
228 Presidente do CBH suspendeu a plenária e deu 15 (quinze) minutos para os  
229 segmentos se reunirem e apresentarem seus representantes. Após este tempo,  
230 Germano convidou os membros que comporão o GT Acompanhamento a se  
231 apresentarem. O segmento Usuários, escolheu as seguintes instituições para formar  
232 o referido Grupo de Trabalho: Abragel, Copasa, Fiesp e SeMAE de São José do Rio  
233 Preto. O Poder Público decidiu pelas instituições ANA, Igam, DAEE e Prefeitura  
234 Municipal de Andradas. Já o segmento das Organizações Civas decidiu pela Adismig,  
235 Instituto SuperAÇÃO, Aerf e Abas. **Em seguida o Presidente passou a tratar do**  
236 **segundo item da pauta que foi a apresentação da reformulação do logotipo do**  
237 **CBH Grande.** A Assessora de Comunicação da Abha, Sr.ª Janaína Gonçalves, fez a  
238 apresentação de 3 (três) opções de logotipos, em atendimento à solicitação de  
239 reformulação da marca feita na Plenária, realizada em Jaboticabal/MG. Janaína  
240 esclareceu que na primeira opção, quanto a tipografia, optaram por um texto de fácil  
241 leitura, tanto para internet, celular e impressão. Ela informou que as opções foram  
242 baseadas no modelo do logo anterior, sendo mantida as cores e a divisão dos  
243 Estados. Na segunda opção, também foram mantidas as cores, simbolizando a água  
244 em forma de gota, e a divisão entre os Estados. Na terceira opção, a forma foi alterada  
245 para o formato arredondado, continuando a manutenção da divisa entre os Estados e  
246 as cores, garantindo assim, que não houvesse muita distorção do modelo atual, sendo  
247 que a aplicabilidade desses três modelos será melhor, tanto para a parte gráfica,  
248 quanto para o site. Germano colocou em votação os modelos dos logotipos  
249 apresentados, ficando a primeira opção com 2 (dois) votos, a segunda opção com 8  
250 (oito) votos e a terceira opção com 26 (vinte e seis) votos. Dessa forma, a 3ª (terceira)  
251 opção de logotipo foi aprovada pela maioria do Plenário. Germano passou a tratar do  
252 **item 5** da pauta que foi a apresentação da Prestação de Contas do Exercício 2017. O

253 Gerente Administrativo e Financeiro da Abha, Sr. Ronaldo Barbosa, se apresentou  
254 aos membros e disse que a ideia é apresentar com simplicidade os números  
255 relacionados à prestação de contas, e se colocou à disposição durante a reunião ou  
256 em outra oportunidade, para quem tivesse necessidade de complementação de  
257 informações. Informou que, conforme estabelecido no Termo de Parceria nº  
258 003/2016/ANA firmado entre a Abha e a ANA consta como obrigação, por parte da  
259 Abha, a apresentação da prestação de contas até o dia 15 de fevereiro à Agência  
260 Nacional de Águas (ANA), o que foi cumprido. Ele ressaltou que o material foi  
261 apresentado e discutido pela Diretoria, em reunião realizada em fevereiro do ano  
262 corrente. Ronaldo comunicou que o referido Termo de Parceria (TP) foi assinado no  
263 fim de 2016, sendo que, naquele ano não houve nenhum repasse da ANA para o  
264 cumprimento dos objetos do TP. O primeiro repasse foi realizado em janeiro de 2017  
265 no valor de R\$ 810.000,00 (oitocentos e dez mil reais). Ele também apresentou a  
266 aplicação financeira, as despesas operacionais, a tributação da aplicação financeira e  
267 outras movimentações. Ronaldo demonstrou um saldo de R\$ 606.701,00 (seiscentos  
268 e seis mil e setecentos e um reais) que foi transportado para o ano de 2018. Ele  
269 esclareceu que o valor das despesas, foi estratificado em função da natureza da  
270 despesa pública, sendo dividido em vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil  
271 (salários); obrigações patronais (encargos sociais); diárias de viagens; material de  
272 consumo; passagens e despesas de locomoção; serviços de terceiros e pessoa  
273 jurídica; e equipamentos e material permanente. Dessa mesma forma, o valor das  
274 despesas foi estratificado com base nas metas e nos indicadores do plano de trabalho  
275 do Termo de Parceria, ficando apropriados em: Instalação e Operacionalização do  
276 Escritório Técnico; Realização da Agenda das Reuniões do Comitê; e Comunicação  
277 e Divulgação do Comitê. Ronaldo disse que a apresentação da prestação de contas  
278 da Abha é um retrato do desempenho da movimentação financeira do ano de 2017.  
279 Salientou que havia previsão de gastos em 2017 que não foram utilizados em sua  
280 totalidade, o que representa 27% (vinte e sete por cento) do inicialmente previsto. O  
281 Gerente da Abha finalizou informando que toda a documentação referente à prestação  
282 de contas, que foram encaminhados à ANA e à Comissão de Avaliação do Termo de  
283 Parceria (CAvTP), poderá ser disponibilizada a quem for de interesse. Isabela Souza  
284 registrou que a Diretoria não recebeu o material. O representante da Prefeitura  
285 Municipal de Lavras, Gustavo Alvarenga, disse que seria necessário um nível de  
286 detalhamento maior para que os membros do Plenário, que vão aprovar a prestação  
287 de contas, como exemplo, o valor gasto com as reuniões do Comitê e como foi gasto  
288 tal valor. O 2º Vice-Presidente do CBH Grande. Sr. Odorico Pereira, questionou por  
289 que, mesmo havendo a previsão orçamentária para a contratação de uma auditoria  
290 independente, para fazer análise da prestação de contas, isso não foi feito. Pois,  
291 poderia ser apresentado o laudo da auditoria para o Plenário. Ronaldo disse que  
292 houve um problema de contratação da auditoria. A empresa foi contratada em  
293 novembro de 2017, o Grupo Maciel, reconhecido nacionalmente, porém, não  
294 apresentou os produtos à Abha até o momento, e por isso, a mesma está sendo

295 acionada juridicamente, com o pagamento de multas por não cumprirem o prazo que  
296 era até março de 2018. A Abha rescindir o contrato com o grupo, devido tal  
297 negligência. Disse que em momento oportuno trará o laudo ao Plenário. Ronaldo  
298 informou ao Gustavo Alvarenga que todo material está disponível aos membros,  
299 porém acha que os membros não têm que aprovar a prestação de contas. O  
300 representante da Prefeitura Municipal de Lavras disse que a pauta trouxe como item  
301 a prestação de contas de 2017, portanto, achou que seria para a aprovação do  
302 Plenário. Isabela Souza informou que na pauta consta como item a “apresentação” da  
303 prestação de contas. Ronaldo acrescentou que, a Abha ainda não recebeu o repasse  
304 do órgão gestor para o ano de 2018. A Secretária Executiva do CBH Grande informou  
305 que seria interessante que a representante da ANA, Tânia Dias, apresentasse o  
306 relatório da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria (CAvTP). Tânia Dias  
307 informou que faria uma apresentação bem objetiva e projetou o relatório que será  
308 disponibilizado no site do Comitê. Ela disse que a CAvTP é formada por 1 (um)  
309 representante da Abha, Dayana de Sá, 1 (um) representante do CBH Grande, José  
310 Edilberto, e 2 (dois) representantes da ANA, sendo ela própria e Lucas Braga. Tânia  
311 ressaltou que a avaliação dessa comissão não é financeira, é em relação às metas  
312 alcançadas, estabelecidas no âmbito do Termo de Parceria. Informou que a ANA,  
313 equivocadamente, enviou os arquivos da prestação de contas financeira ao José  
314 Edilberto, que gentilmente fez uma análise pensando que fosse uma competência  
315 desta comissão e fez sugestões bem pertinentes, acerca do que a Abha deveria  
316 contemplar nos relatórios, mas que há uma área específica na ANA para analisar a  
317 parte financeira. Comunicou ainda que a ANA ainda não fez o repasse à ABHA porque  
318 ainda vai analisar os relatórios entregues recentemente. Tânia Dias registrou que a  
319 Comissão se reuniu por videoconferência, sendo nessa reunião abordado qual era o  
320 papel da Secretaria Executiva. Ela enfatizou que a Abha, enquanto secretaria do  
321 comitê, tem o papel de não somente organizar reuniões, mas também de orientar a  
322 Diretoria acerca do que compete a ela realizar, como exemplo, se ela está  
323 programando um evento e ele não está previsto no TP, levando em consideração se  
324 há ou não recurso suficiente para isso. Na reunião da Comissão, foi feita uma análise  
325 comparativa das metas e resultados por indicadores. Tânia esclareceu que a Abha  
326 não obteve pontuação mais alta por ter realizado mais reuniões do que o previsto no  
327 Termo de Parceria. Tal fato foi considerado como falta de planejamento Odorico  
328 Pereira questionou à ANA quem faz a análise do resultado financeiro. Tânia disse que  
329 é a Superintendência da Instituição Financeira da ANA. Odorico disse que acompanha  
330 alguns contratos de gestão, de outras agências e que normalmente apresentam a  
331 prestação de contas em reuniões realizadas no mês de março, inclusive com o parecer  
332 da ANA, como é o caso da Peixe Vivo e do IBio. O 2º Vice-Presidente do CBH Grande  
333 disse que gostaria de ver o parecer da ANA, porque ele seria interessante e ajudaria  
334 muito na transparência do que foi apresentado e resolveria muitas questões que foram  
335 levantadas. Ele salientou que a prestação de contas feita nessa reunião ficou bem  
336 comprometida, porque não tiveram uma avaliação do órgão gestor. Disse se sentir um



337 pouco frustrado porque esperava que fosse apresentado nesta reunião, pois já havia  
338 se passado três meses do prazo previsto no TP. Tânia esclareceu que, por se tratar  
339 de um Termo de Parceria não se segue as regras de um Contrato de Gestão. A  
340 representante da ANA ressaltou que os membros terão acesso aos relatórios da  
341 análise da prestação de contas. Tânia Dias informou que a comissão analisou item  
342 por item. Sobre o indicador 2, que trata do “Reconhecimento Social”, ela esclareceu  
343 que é uma avaliação dos membros do Comitê. Foi enviado um e-mail aos membros,  
344 com orientações para acessarem um questionário disponibilizado na plataforma para  
345 avaliarem a Abha, sendo que, nesse questionário continha os critérios, com questões  
346 abertas e fechadas e que a finalidade era fazer uma avaliação quantitativa e  
347 qualitativa. Tânia colocou em questão a dificuldade encontrada para o alcance da  
348 participação dos membros, sendo que a meta era atingir pelo menos 60% (sessenta  
349 por cento) dos membros. Em resumo, ela informou que, foi feita uma avaliação interna  
350 na ANA, em que foi identificado a falta de interesse dos membros do Comitê em avaliar  
351 a entidade indicada para fazer o trabalho de secretaria executiva. Foi um esforço muito  
352 grande em buscar essas informações junto aos membros do colegiado. Em um  
353 momento seguinte, em outra avaliação gostaríamos que todos participassem porque  
354 estarão dando um retorno à ANA, sobre a atuação da entidade indicada, se está  
355 desenvolvendo o trabalho da forma que deveria ser. No resultado da avaliação dos  
356 membros, a Abha atingiu a nota de 8,3, sendo considerada uma média boa. Outro  
357 indicador foi o “Gerenciamento Interno”, que trata da pontualidade do cumprimento  
358 das obrigações contratuais. A CAVTP constatou que a Abha tinha cumprido os prazos  
359 estabelecidos, retirando o ano de 2016, que não houve tempo para executar nenhuma  
360 ação. Sobre o indicador “Comunicação e Mobilização”, foi apresentado o percentual  
361 de participação dos membros nas reuniões realizadas, a quantidade de boletins  
362 eletrônicos produzidos, dentre outras ações. José Edilberto (Adismig) colocou a  
363 importância das pessoas em permanecerem na reunião do começo ao fim porque é  
364 um colegiado participativo em que o representante deverá estar presente o período  
365 todo da reunião, sendo essa participação importante para as deliberações do Comitê.  
366 Nesse quesito a Abha teve uma avaliação de 8,0. Adriano disse que se trata de um  
367 termo de parceria assinado entre ANA e ABHA, com o CBH Grande assinando como  
368 anuente e questionou à Tânia, nesse caso específico, qual a responsabilidade do  
369 Comitê nessa prestação de contas financeira. Tânia disse que o anuente toma  
370 conhecimento do que está acontecendo, participa da avaliação como membro da  
371 Comissão. Adriano disse que Tânia apresentou que a responsabilidade financeira não  
372 é desta Comissão e disse que o seu questionamento é sobre a responsabilidade  
373 financeira do Comitê, porque afinal, o CBH Grande assinou como anuente, e se  
374 houver alguma responsabilidade, questionou como isso aconteceria na prática ou  
375 como deveria estar acontecendo. Tânia informou que como anuente o comitê toma  
376 conhecimento e não tem responsabilidade financeira e que sobre a questão financeira  
377 quem responderá será o setor financeiro da Oscip junto à ANA, lembrando que se a  
378 Abha apresentar no relatório alguma ação que não executou ou um valor divergente

379 do real utilizado, poderá ser chamada para esclarecer. O Coordenador da CTIL disse  
380 estar satisfeito com a resposta e, enquanto membro do Comitê, sugeriu à Diretoria  
381 que fizesse uma consulta formal ao setor responsável da ANA, para entenderem  
382 oficialmente e formalmente qual é a responsabilidade do CBH. Disse que Tânia deixou  
383 muito claro que na gestão do TP é feita uma avaliação de metas sem o aspecto  
384 financeiro. Havendo essa resposta formal da ANA dizendo que não existe  
385 responsabilidade financeira de quem assinou como anuente, a Diretoria e o Comitê  
386 ficariam mais tranquilizados. Outro questionamento feito pelo Coordenador da CTIL,  
387 foi o que tange a revisão do Termo de Parceria, pois há no instrumento a previsão de  
388 três reuniões de Câmaras Técnicas ao ano e ele não sabe dizer se essa quantidade  
389 seria suficiente ou não. Ele registrou, por mais uma vez que, o Termo chegou pronto  
390 para o Comitê sem haver a consulta às Câmaras Técnicas ou à Diretoria. Disse que  
391 essa reavaliação é muito importante para conseguirem fechar esses indicadores na  
392 proposta que será feita pela CTI. Tânia informou que o termo de parceria é um  
393 instrumento para apoiar o CBH nas ações que lhe compete, mas o comitê tem  
394 autonomia na implementação dos instrumentos de gestão. Quando implementar a  
395 cobrança pelo uso da água na bacia, ele terá mais autonomia, até para aumentar as  
396 ações. O recurso arrecadado no âmbito da bacia volta para ela, tendo um percentual  
397 previsto para apoiar as ações do Comitê e sua secretaria. O ideal é que o Termo de  
398 Parceria seja por um período curto, para o CBH possa avançar nas suas etapas, na  
399 implementação dos instrumentos de gestão previstos em lei, dos quais é a cobrança  
400 pelo uso dos recursos hídricos. Esse é um instrumento de gestão e uma ferramenta  
401 importantíssima do Comitê, o que lhe dará autonomia para pegar a ações previstas  
402 no PIRH e executar. O Plenário tem que ter em mente que as revisões no Termo de  
403 Parceria são interessantes, mas o mais interessante é avançar na implementação dos  
404 instrumentos de gestão de recursos hídricos, dentre os quais, se destaca a cobrança  
405 pelo uso dos recursos hídricos. Salientou que, enquanto se detêm na discussão sobre  
406 a revisão do TP, perdem o tempo que poderiam discutir sobre a implementação dos  
407 instrumentos de gestão. Ronaldo informou que a responsabilidade por qualquer tipo  
408 de ato, recairá sobre a Abha e que há uma grande preocupação, por parte da  
409 Associação, quanto a legitimidade dos atos praticados não previstos no TP. Dessa  
410 forma, procuram sempre se resguardar com documentação autorizativa da ANA. O  
411 Gerente Administrativo e Financeiro da Abha concordou com Adriano, acreditando  
412 também ser necessária uma integração maior, não pelo motivo do CBH aprovar as  
413 contas, mas sim para entenderem toda a dinâmica. Ronaldo disse que qualquer ato  
414 que não estiver coberto pela legislação, a Abha será responsabilizada. O  
415 representante da Prefeitura Municipal de Lavras, Gustavo Alvarenga, disse que o  
416 motivo da Plenária ter se esvaziado à medida em que acontece, foi devido o direito à  
417 palavra ter ficado muito restrito aos informes políticos e administrativos. A discussão  
418 sobre os problemas diretamente relacionados à calha e a bacia, quase não haviam  
419 sido citados, o que é de grande importância. Ele alegou que a saúde da bacia passa  
420 pelo Poder Público Municipal de maneira muito importante. Para concluir, ele

421 questionou se haveria a possibilidade de enviar para a Plenária uma planilha  
422 orçamentária detalhada. A Coordenadora da Abha, Dayana de Sá, explicou que, no  
423 que se refere a questão levantada sobre a realização das reuniões e a falta de  
424 planejamento por parte da Oscip, o primeiro ponto levantado pelo Adriano foi que o  
425 Comitê não teve espaço para decidir quantas reuniões seriam necessárias para  
426 colocar no Termo de Parceria. Ela afirmou que o ano de 2017 foi atípico, como falado  
427 pela Tânia, e que houve a necessidade de realizar um número maior de reuniões,  
428 porém ressalta que as reuniões sobressalentes foram realizadas porque tinha  
429 recursos para realiza-las, mesmo estando fora do número previsto, considerando a  
430 Abha teve eficiência orçamentária. José Edilberto (Adismig) questionou sobre a não  
431 participação do Diretor Presidente da Abha, Sergio Leal, na reunião para poder fazer  
432 a apresentação da prestação de contas da Abha. Dayana de Sá (Abha) registrou que  
433 naquele momento a Diretoria da Associação estava representada por seu Gerente  
434 Administrativo e Financeiro e por ela, a Coordenadora Institucional, responsável pelas  
435 atividades da Secretaria Executiva do o CBH CBH Grande, e que ao ser ver, Ronaldo  
436 seria a melhor pessoa para apresentar a prestação de contas, já que era o  
437 responsável pela área financeira da Abha. Outro item levantado foi a participação dos  
438 membros do CBH Grande naquela reunião. Devido a eficiente mobilização da Abha,  
439 haviam na reunião 49 (quarenta e nove) membros votantes, porém não há  
440 mecanismos para manter os membros até o fim do evento. José Edilberto (Adismig)  
441 sugeriu criar um controle de permanência, para evitar ter que fazer várias reuniões  
442 devido à falta de participação dos membros. Adriano disse que existem 2 (dois)  
443 *quóruns* previstos no Regimento, 1 (um) para iniciar a reunião e outro para continuar  
444 a reunião, isso para parte deliberativa, que se pode controlar. Já na parte de  
445 apresentações, acha difícil conseguirem estabelecer algum critério. O Coordenador  
446 da CTIL informou que não conhece nenhum CBH que faça esse controle, mas que  
447 poderão pensar a respeito. Retomando a discussão sobre o Termo de Parceria,  
448 Dayana disse que em reunião com a ANA, ocorrida em fevereiro deste ano, o órgão  
449 gestor havia se comprometido a estudar a possibilidade da Abha trabalhar com o  
450 recurso em macroações, que seria trabalhar dentro das metas e não somente dentro  
451 das etapas, o que proporcionaria uma flexibilidade na execução das atividades. Por  
452 exemplo se não utilizou um recurso para reunião da CTIL e a CTI precisa, o recurso  
453 poderia ser gasto com a CTI ou se tivesse pouco desembolso com a Câmara Técnica  
454 e fosse preciso para realizar mais Plenárias, que pudessem usar a verba com a  
455 Plenária. A Coordenadora comunicou que foi feito um ofício com relação a essa  
456 possibilidade, mas ainda não tiveram o retorno da ANA. Reforçou que tal  
457 possibilidades facilitaria muito o serviço da Abha e a eficiência dos trabalhos no  
458 Comitê. Tânia disse que o quantitativo das reuniões plenárias, foi estabelecido em  
459 conformidade com o que dispõe o Regimento Interno do CBH que são 2 (duas)  
460 reuniões, sendo ainda acrescida mais 1 (uma), ficando preconizado no Termo de  
461 Parceria 3 (três) reuniões plenárias, considerando que um poderia ser extraordinária.  
462 No entanto, se o CBH necessitar se reunir outras vezes, poderá, sendo essa uma

463 prerrogativa do colegiado. O Presidente do Comitê, Sr. Germano Hernandez, solicitou  
464 que fosse enviada uma correspondência à Superintendência Financeira da ANA,  
465 questionando sobre a responsabilidade do Comitê a respeito do relatório financeiro.  
466 Solicitou ainda que, tanto este relatório, como os demais documentos apresentados  
467 pela Abha, fosse enviado para a CTI, para que possam analisar. Foi lembrado que a  
468 CTIL já estava analisando junto à CTI o Termo de Parceria para que possam, com o  
469 Plano de Bacia e o Manual Operativo (MOP), saber como será o planejamento para  
470 os próximos anos e analisar como ficará o TP, pois Termo não esteja compatível com  
471 o que têm que ser feito nos próximos 2 (dois) anos, até que comece a haver a  
472 cobrança pelo uso do recurso hídrico. O Comitê precisa se programar, ver se o Termo  
473 de Parceria está adequado ou não, pois caso não estivesse teriam que conversar com  
474 a ANA. Germano questionou ao José Edilberto sobre a análise que ele fez da  
475 prestação de contas e solicitou que ele encaminhasse para a Diretoria o seu relatório,  
476 que posteriormente seria encaminhado para análise da Câmara Técnica,  
477 considerando que ele representa a Plenária. Tânia disse que foi relevante a  
478 contribuição do José Edilberto, e que a CAVTP enviará o documento para o  
479 Presidente. Tânia informou que os dois últimos eventos que a Profill iria fazer, de  
480 divulgação do MOP, tem que ser realizado, porque o contrato com a empresa iria se  
481 encerrar em quatorze de agosto. Disse ter duas datas para afinarem com a diretoria,  
482 sendo elas, dia 17 e 18 de julho, em duas cidades na Bacia, uma em Minas Gerais e  
483 outra em São Paulo. Tais datas foram sugeridas considerando o fechamento do  
484 contrato. Roberto Rosa (Abag), retomando ao tema da prestação de contas, enfatizou  
485 a necessidade da participação dos membros na análise dos documentos,  
486 considerando que se trata de recurso público. Em “outros assuntos”, Germano tratou  
487 das datas das próximas reuniões de Câmaras Técnicas, informando que foram  
488 acertadas anteriormente com os Coordenadores, sendo sugerido os dias oito e nove  
489 de agosto, no município de Poços de Caldas/MG. A proposta foi realizar 2 (duas)  
490 reuniões separadas das CTs em um dia e 1 (uma) conjunta no dia seguinte. Para a  
491 próxima reunião Plenária, sugeriu o dia quatro de outubro, em Ribeirão Preto/SP. As  
492 propostas foram aprovadas pelo Plenário. Sobre a proposta de datas sugeridas pela  
493 Tânia Dias (ANA) para os Encontros de divulgação do MOP, a Secretária Executiva  
494 do CBH, Sr.<sup>a</sup> Isabela disse que tem compromisso dia dezoito de julho e faz questão  
495 de participar dos Encontros. Stella Guida (Instituto SuperAÇÃO) salientou que os  
496 comitês mineiros estarão em processo de posse e eleição de suas Diretorias e não  
497 vão poder participar, e se participarem não estarão cientes de todo o processo que  
498 está acontecendo. Isabela informou que devido à importância do tema e a  
499 mobilização, iriam suspender essa discussão e avaliariam a situação, definindo a  
500 melhor data e conteúdo para esses eventos. Germano acreditou não ter cerceado a  
501 palavra a nenhum membro e enfatizou que a Diretoria continuará conduzindo as  
502 reuniões de forma democrática e participativa. Assim, o Presidente do Comitê da  
503 Bacia Hidrográfica do Rio Grande, Sr. Germano Hernandez Filho, encerrou à 10<sup>a</sup>  
504 Reunião Plenária Extraordinária, agradecendo a presença de todos. Eu, Taísa de

505 Pádua, Auxiliar Administrativo da Abha, redigi a presente ata, que segue assinada  
506 pelo Presidente do CBH Grande e sua respectiva Secretária Executiva. O áudio com  
507 o inteiro teor da reunião encontra-se arquivado com a Secretaria Executiva do Comitê  
508 e pode ser disponibilizado aos interessados.

**ORIGINAL ASSINADO**

**GERMANO HERNANDES FILHO**  
Presidente CBH Grande

**MARIA ISABELA DE SOUZA**  
Secretária Executiva CBH Grande